

Título do capítulo	CAPÍTULO 8 – DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: TOCANTINS
Equipe técnica	Bernardo Abreu de Medeiros Ana Figueiredo
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo8

Título do livro	DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE DO BRASIL
Organizadora	Maria Paula Gomes dos Santos
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2024
Edição	-
ISBN	978-65-5635-072-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: TOCANTINS¹

Equipe técnica

Bernardo Abreu de Medeiros²

Ana Figueiredo³

Sistematização de dados estatísticos e produção de mapas

Milena Machado dos Reis⁴

Karolina Armstrong⁵

Paloma Palmieri⁶

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto Dinâmicas de Criminalidade e Políticas de Segurança nas Regiões Brasileiras. O esforço realizado teve como meta debater os principais aspectos da criminalidade nos estados da região Norte do país, trazendo para o debate o que a literatura tem a dizer sobre essas localidades, que, por vezes, são negligenciadas no âmbito acadêmico. Assim, nas próximas páginas, verifica-se um panorama geral do estado do Tocantins, com atenção especial às dinâmicas de criminalidade observadas na região.

Este trabalho foi desenvolvido por meio do chamado método misto, exemplificado por Creswell e Clark (2013), que se utiliza da potencialidade dos métodos quantitativos e qualitativos para propiciar melhor entendimento do problema da pesquisa – nesse caso, a violência e a criminalidade no Tocantins. Nesse sentido, dados gerais disponibilizados pelo Atlas da Violência, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram analisados à luz de estudos descritivos e qualitativos sobre o estado, bem como à luz de noticiário publicado em mídia impressa e eletrônica e de entrevistas com atores locais (membros dos sistemas de justiça e segurança pública,

1. Originalmente publicado como: Medeiros, B. A. de; Figueiredo, A. *Dinâmicas da violência no território brasileiro: Tocantins*. Brasília: Ipea, 2023.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: bernardo.medeiros@ipea.gov.br.

3. Auxiliar de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: figueiredo.ana@ipea.gov.br.

4. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: villelamilena@gmail.com.

5. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: karolina.armstrong@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: paloma.alves@ipea.gov.br.

ativistas de movimentos sociais e acadêmicos). Dessa maneira, os dados estatísticos e as demais fontes se complementam, dando corpo à pesquisa e fornecendo melhor entendimento de tais fenômenos.⁷

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS

O estado do Tocantins ocupa uma área de 277.423,627 km², sendo composto por 139 municípios.⁸ Localiza-se exatamente no centro geográfico do país, fazendo limites com estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e Norte (Pará). Sua capital, Palmas, é o município mais populoso, seguida por Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, respectivamente.

O principal bioma do território é o Cerrado (87% do território), que conta ainda com florestas de transição (12%), em especial a floresta amazônica. Seus rios perenes são o Tocantins e o Araguaia (juntos formam a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro), além dos rios do Sono, das Balsas, Paranã e Manuel Alves (O Tocantins, [s.d.]).

Sendo o estado mais recente do Brasil, o Tocantins nasceu junto com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em decorrência de um debate sobre a redivisão do território nacional. O desmembramento do norte de Goiás, região em que hoje se localiza o Tocantins, pautou-se na necessidade de os nortenses – como era chamada esta população, serem reconhecidos e alcançados pelo governo estadual. O desmembramento foi uma conquista para esse grupo que lutava pela autonomia do norte goiano.

Segundo o Censo 2022, a população do estado é de 1.511.459 habitantes. Quase metade (49%) dessa população se concentrava em apenas dez cidades (IBGE, 2020). O Tocantins apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,73,⁹ o que o classifica entre os estados de IDH médio; e seu índice de Gini (que visa medir o grau de concentração de renda em determinada localidade) é de 0,51.¹⁰ Nesse cenário, a taxa de formalização da força de trabalho é de 47,47%, abaixo da média nacional (de 59,9%), e parte considerável dos tocantinenses ocupados têm ensino médio completo ou superior incompleto (40,4%). Ademais, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no estado é de R\$ 1.379.

7. Os autores agradecem especialmente a contribuição de Alexandre dos Santos Cunha na condução das entrevistas de campo e eximem-no de qualquer responsabilidade pelo conteúdo deste texto.

8. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

9. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

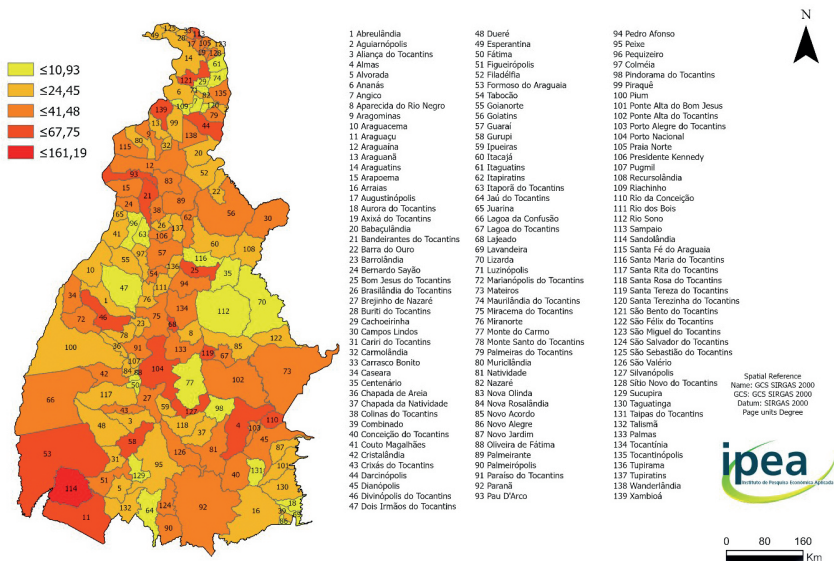
10. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 30 ago. 2022.

3 HOMICÍDIOS

Os homicídios representam o limite da violência praticada entre indivíduos. Dessa forma, comparar as taxas de homicídios¹¹ dos municípios do estado auxilia no entendimento sobre a magnitude da violência letal ali praticada. Considerando-se a taxa média de homicídios entre os anos de 2018 e 2020,¹² 107 municípios (76,9% do total) do Tocantins apresentaram médias acima da nacional no mesmo período – de 23,2.¹³

MAPA 2

Mapa de calor – taxas médias de homicídio no Tocantins (2018-2020)



Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O estado apresenta municípios pouco populosos, o que implica ressalvas às análises de taxas de homicídios. No quadro 1, por exemplo, podemos observar que o município Sandolândia, o 36º menos populoso, registrou a maior taxa do período em análise. Apesar de o número absoluto ser de sete homicídios, Sandolândia tinha cerca de 3.373 habitantes, o que pode gerar distorções interpretativas, visto

11. A taxa de homicídios corresponde ao número de homicídios ocorridos em cada parcela de 100 mil habitantes.

12. Utilizamos a taxa média de três anos porque, tendo em vista que muitos municípios têm populações muito reduzidas e que a taxa é função da população, considerar apenas um ano poderia resultar em taxas muito altas (ou muito baixas), que não expressam tendências normais. Ademais, o ano de 2021 é o último aqui considerado, pois também era o último ano para o qual havia dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), vinculado ao Datasus, do Ministério da Saúde (MS) – fonte principal das estatísticas sobre mortalidade neste estudo.

13. Segundo dados disponibilizados pelo SIM.

que as médias são calculadas por 100 mil habitantes. Assim, vale ressaltar que a capital do estado – e a cidade mais populosa –, Palmas, com 306.296 habitantes, apesar de aparecer em trigésimo lugar, com taxa de 34,4 homicídios por 100 mil habitantes, possui número absoluto de 309 homicídios para o período.

QUADRO 1

Grupo de municípios por faixa da taxa de homicídios

Grupos	Taxas médias de homicídios/100 mil habitantes	Municípios
I	de 0 a 10,73	Cachoeirinha, Centenário, Fátima, Itaporã do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Oliveira de Fátima, Santa Terezinha do Tocantins, Sucupira, Rio Sono, Taipas do Tocantins, Itaguatins, Pequizeiro, Riachinho, Pindorama do Tocantins, Monte do Carmo, Jaú do Tocantins, Aurora do Tocantins, Lizarda, Dois Irmãos do Tocantins, Angico, Santa Maria do Tocantins, Maurilândia do Tocantins e Luzinópolis
II	de 11,01 a 24,38	Piraquê, Rio dos Bois, Talismã, Novo Jardim, Pugmil, Tupirats, Abreulândia, Carmolândia, Goianorte, Combinado, São Sebastião do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Monte Santo do Tocantins, Buriti do Tocantins, Filadélfia, Brasilândia do Tocantins, Cariri do Tocantins, Novo Acordo, Recursolândia, Alvorada, Ipueiras, Peixe, Nazaré, Ananás, Tupirama, Couto Magalhães, Aliança do Tocantins, Muricilândia, Babaçulândia, Araguaçema, Aguiarnópolis, Santa Rosa do Tocantins, Chapada da Natividade, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Dueré, Barra do Ouro, Pium, São Miguel do Tocantins, Taguatinga, Arraias, Miranorte, Itacajá, Araguatins, Araguaanã, Nova Rosalândia, Barrolândia, Chapada de Areia, Esperantina e Colméia
III	de 24,83 a 41,46	Caseara, Mateiros, Lagoa da Confusão, São Valério, Figueirópolis, Presidente Kennedy, Paranã, Palmeirante, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Goiatins, Nova Olinda, Guaraí, Wanderlândia, Augustinópolis, Paraíso do Tocantins, Bernardo Sayão, Palmeiras do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Palmeirópolis, Tocantinópolis, Lagoa do Tocantins, Colinas do Tocantins, Santa Fé do Araguaia, Porto Alegre do Tocantins, Pedro Afonso, Marianópolis do Tocantins, São Salvador do Tocantins, Carrasco Bonito, Miracema do Tocantins, Campos Lindos, Sítio Novo do Tocantins, Palmas, Arapoema, Itapirats, Tocantínia, Dianópolis, Cristalândia, Fortaleza do Tabocão, Crixás do Tocantins, Araguaína, Natividade, Aragominas, Conceição do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins
IV	de 42,45 a 57,85	Sampaio, Lajeado, Araguaçu, Darcinópolis, São Bento do Tocantins, Gurupi, Santa Tereza do Tocantins, Bandeirantes do Tocantins, Bom Jesus do Tocantins, Rio da Conceição, Pau D'Arco, Divinópolis do Tocantins, Formoso do Araguaia, Almas, Xambioá, Silvanópolis e Porto Nacional
V	69,14	Sandolândia

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

Ressalta-se que ações violentas, como disparos consecutivos de armas de fogo, nem sempre resultam em mortes. Por isso, além de observar as taxas de homicídio, é preciso considerar as dinâmicas violentas que ganham corpo no Tocantins.

4 PRINCIPAIS DINÂMICAS CONFLITIVAS

O Tocantins apresenta particularidades em relação à região Norte do país, na qual se insere. Suas dinâmicas criminais e de violência diferem das observadas nos demais estados. Primeiramente, o Tocantins não faz fronteira com nenhum outro

país, podendo ser visto como um corredor interestadual por localizar-se no centro geográfico do Brasil. Não obstante, é um estado importante para o escoamento de mercadorias ilícitas que procedem das fronteiras localizadas a oeste.

Além disso, sua vegetação dominante – o Cerrado – difere do que predomina nos demais estados nortistas. Contudo, também possibilita diferentes modos de uso da terra, o que também dá origem a conflitos fundiários. O estado integra a região de expansão da fronteira agrícola do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde se concentra parte significativa da produção nacional de grãos, em especial a soja. Assim, os conflitos no Tocantins relacionam-se, em alguma medida, com essa expansão, mas apresentam, como apontado, particularidades.

4.1 Conflitos fundiários e desmatamento

Os problemas fundiários representam um importante fator de conflito no Brasil. A má distribuição das terras, isto é, a concentração de terras na mão de poucos, reflete dinâmicas próprias da formação histórica do país. No Norte do Brasil, os conflitos fundiários fazem parte do cotidiano de populações que vivem em meio à expansão da fronteira agropecuária e do agronegócio, o que dá ensejo, frequentemente, a disputas de natureza violenta.

Esses conflitos atingem famílias de pequenos agricultores, trabalhadores rurais – assentados dos programas de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou mesmo trabalhadores sem-terra –, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) classifica tais conflitos como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais” (CPT, 2021, p. 12). No Tocantins, as disputas fundiárias, entre 2018 e 2021, atingiram, principalmente, os trabalhadores rurais sem-terra. A Gazeta do Cerrado, órgão de jornalismo independente, divulgou, em 2022, denúncia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Tocantins (MST-TO) sobre ataques a um acampamento do grupo, em que barracos foram queimados com o fito de expulsar as famílias acampadas e permitir a compra da terra por empresários do agronegócio (Eurílio, 2022). Esses incêndios visavam destituir indivíduos que aguardavam a regularização da terra pelo Incra.

4.1.1 A dinâmica do processo de desmatamento

Como já mencionado, o território do Tocantins é ocupado, em grande parte, pelo Cerrado (87%), bioma que tem sido desmatado de forma contínua nas últimas três décadas. Segundo o MapBiomas (Vegetação..., [s.d.]), 45% da área total do Cerrado brasileiro já foi ocupada pela agropecuária. Na realidade tocantinense, o desmatamento do bioma é, majoritariamente, realizado de forma ilegal.

Em 2022, o G1 noticiou que a área de desmatamento ilegal do estado do Tocantins equivaleria a 30 mil campos de futebol (Reis e Fernandes, 2022).

A notícia ressalta ainda que oito em cada dez donos de terra provocaram desmatamento sem a devida autorização. Um dos motivos para isso ocorrer de forma tão constante no estado seria a reiteração de fraudes na emissão de licenças ambientais (Reis e Fernandes, 2022).

Reportagem do Jornal Nacional, em 2020 (No Tocantins..., 2020), mostrou o desmate feito em regiões de preservação ambiental, como o Parque Nacional das Nascentes do Paraíba¹⁴ e o Parque Estadual do Jalapão.¹⁵ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que flagrou a operação ilegal, relatou que teriam sido desmatados cerca de 20 mil hectares e que parte dessas áreas seriam destinadas à reserva legal – razão pela qual deveriam se manter intactas.

O relatório Cartografias das Violências na Região Amazônica (FBSP, 2022a) aponta que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os estados do Pará, do Acre e do Tocantins foram os que mais realizaram desmatamento em unidades de conservação (UCs) da Amazônia Legal em 2019.

Ademais, notícias publicadas no primeiro semestre de 2019 afirmavam que funcionários públicos do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)¹⁶ estariam envolvidos em regularização fraudulenta de propriedades rurais autuadas pelo órgão, além de emitirem documentos necessários aos trâmites do licenciamento ambiental. Segundo as denúncias, essas ações eram facilitadas por representantes do governo que recebiam propinas. Em 2021, o ex-presidente e alguns servidores do Naturatins foram condenados por essas práticas (Nunes, 2022).

Os desmatamentos corriqueiros indicam a valorização das terras e a cobiça de atores poderosos, como empresários do agronegócio e latifundiários. Como consequência, teriam ocorrido 59 conflitos, no campo, em 2020 (CPT, 2020). Alguns desses conflitos resultaram em morte, como foi o caso de Roberto Muniz Campista, de 50 anos, assassinado por dois homens em uma caminhonete, no distrito de Taquaruçu, em Palmas (Homem..., 2021b). De acordo com o filho de Roberto, este recebia constantes ameaças devido a disputas judiciais por propriedades rurais da região.

Dois meses antes, Getúlio Coutinho dos Santos, de 54 anos, também foi morto a tiros na Fazenda Navarro, área pertencente à União e disputada por camponeses e fazendeiros (Homem..., 2021b). Nesse mesmo período, um acampamento do MST foi alvo de disparos realizados por pistoleiros (Acampamento..., 2021).

Estudo sobre a correlação entre desmatamento e violência no campo (Sant’Anna e Young, 2010) concluiu que a falta de acesso à terra é fruto da inde-

14. Localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins.

15. É uma UC brasileira de proteção integral à natureza; está localizada na região leste do Tocantins.

16. Disponível em: <https://www.to.gov.br/naturatins/historico/31148s4bl9a2>. Acesso em: 12 out. 2022.

finição dos direitos de propriedade. Assim, desmatamento e violência no campo são fenômenos interdependentes.

Segundo reportagem da agência de notícias Mongabay (Prager, 2019), baseada em diversas pesquisas, o desmatamento recente está associado à expansão de empreendimentos agropecuários, bem como à especulação de terras – atividades características da região do Matopiba.

4.1.2 O plano de desenvolvimento agrícola do Matopiba

Criada e oficializada em 2015 pelo Decreto Presidencial nº 8.447, a região do Matopiba abrange 337 municípios dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. Nesse sentido, é considerada uma fronteira de expansão agrícola importante para o país, e o plano de desenvolvimento agrícola para a região visa promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do agonegócio. A região possui condições ideais para a produção agropecuária em larga escala, com porções de terras planas, mecanizáveis e fartura de água.

A projeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil, 2019) é a de que a produção de grãos e a área de plantio nessa região tenham grande aumento nos próximos anos. Segundo o documento, “os quatro estados devem atingir uma produção de grãos de 29,0 milhões de toneladas nos próximos 10 anos, numa área plantada de 8,8 milhões de hectares em 2028/29” (Brasil, 2019, p. 86).

De acordo com estudo realizado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que aborda aspectos sociais, econômicos e políticos da região do Matopiba,

institucionalizar o Matopiba foi a grande resposta do estado brasileiro ao capital. É quando o estado reconhece que esse negócio está acontecendo e diz que também quer participar. Com Matopiba, o Brasil mais uma vez garantiu: ‘estamos abertos; temos água, temos terra e temos leis favoráveis (Mathias e Monteiro, 2017).

Por sua vez, o relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* (Cimi, 2020) afirma que a existência dessa região, bem como o incentivo à expansão do agonegócio, tem acelerado o desmatamento no Cerrado. O relatório reitera a relevância da preservação da região, que possui um total de 34 territórios quilombolas, 28 terras indígenas demarcadas e 865 projetos de assentamento. Para seus autores, o incentivo ao desmatamento do Matopiba teria o objetivo de desterritorializar povos e criminalizar as lutas daqueles que precisam de pedaços de terra para viver.

Dos quatro estados que representam a região do Matopiba, dois (Tocantins e Maranhão) têm proporção de desmatamento ilegal entre 71% e 90%, enquanto nos demais (Bahia e Piauí) essa proporção seria acima de 90% (Valdiones, 2021). No Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, publicado pelo MapBiomas (Vegetação..., [s.d.]), a região do Matopiba concentrou grande parte do desmatamento do Cerrado: cerca de 72,5%.

Segundo matéria do UOL, de 2022, lideranças locais da região têm sofrido pressões e perdas de terra (Madeiro, 2022). Na reportagem, o líder do povo krahô-akaywrá no Tocantins, Renato Krahô, relata que, em razão de sua comunidade não viver em terra demarcada, tem sofrido coação e ameaças com o avanço do agronegócio. O líder explica, ainda, que o modo de vida dos povos locais depende da água, tanto para navegar quanto para consumir, e que as barragens construídas em fazendas para uso particular os têm privado disso.

A expansão do agronegócio na região afeta esses povos não só pelo ataque direto às comunidades, mediante tentativas de invasões e violências, mas também pelas mudanças introduzidas no espaço geográfico – uma forma de violência indireta, que priva esses povos do acesso a recursos necessários à manutenção do seu modo de vida, baseado na pesca, na caça, na pequena agricultura e no extrativismo.

Assim, a implantação do Matopiba trouxe consigo graves impactos, como aumento da violência no campo, grilagem de terras, diminuição do volume de água nos rios e nos lençóis freáticos, incremento do desmatamento, envenenamento de águas, impacto na saúde pelo uso intensivo de agrotóxicos e precarização dos modos de vida das comunidades tradicionais (Antunes, 2018).

4.2 As organizações criminosas no estado do Tocantins e a “rota caipira”

Segundo o relatório Cartografia das Violências na Região Amazônica (FBSP, 2022a, p. 45), as principais facções atuantes no Tocantins são o Primeiro Comando Capital (PCC), com forte influência dentro dos presídios; o Bonde dos 13 (B13); e o Comando Classe A (CCA). Membros do Poder Executivo do Tocantins relataram, em entrevista à nossa equipe, a presença de uma nova facção, a Amigos do Estado (ADEs), originária de Goiás, supostamente aliada ao PCC e inimiga do Comando Vermelho (CV). Os mesmos interlocutores também afirmam a presença do CV e atribuem os conflitos violentos no estado a execuções (assassinatos de indivíduos específicos por motivações também específicas) e a disputas pelo controle de territórios entre o CV e o PCC.

QUADRO 2

Facções/Orcrimis do estado do Tocantins

UF	Facções/Orcrimis
Tocantins	Comando Vermelho
	Primeiro Comando Capital
	Bonde dos 13
	Comando Classe A
	Amigos do Estado

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Orcrimis – organizações criminosas.

2. O quadro reúne tanto facções relatadas pelos membros do Poder Executivo do estado, em entrevista ao Ipea, quanto aquelas presentes no relatório do FBSP.

Segundo levantamento de Dias e Manso divulgado pela Uol em 2018, verificam-se no Tocantins conflitos entre PCC e CV pela hegemonia sobre territórios (Costa e Adorno, 2018). Em entrevista ao BBC News, a pesquisadora Camila Dias explicou que os grupos criminosos se reorganizam a todo momento, de acordo com motivações individuais, as quais se inserem na lógica do interesse, da ambição e da conveniência (Fellet, 2016). Dessa forma, rupturas de alianças e acordos firmados entre organizações criminosas são comuns e voláteis, principalmente quando uma delas passa a não atender mais a expectativas logísticas e/ou financeiras da outra.

Até 2016, o PCC e o CV “mantinham um pacto para a compra de drogas e armas em regiões de fronteira e para a proteção de seus integrantes em prisões controladas pelos grupos” (Fellet, 2016). Contudo, naquele ano ocorreram rupturas nesse pacto motivadas por uma política expansionista de ambos os grupos e por um processo de faccionalização das prisões, que geraram disputas mais acirradas pela hegemonia de territórios e de presídios. Em 2017 o G1 noticiou que algumas mortes ocorridas em Palmas poderiam estar ligadas à guerra entre as facções CV e PCC. No corpo da notícia, verifica-se que membros do CV saíram da região sul do Tocantins para emboscar membros do PCC na região norte do estado (Mortes..., 2017).

Isso sugere que o CV tem trajetória relevante no histórico criminal do estado, fato essencial para entender as dinâmicas atuais do crime e da violência. Não se pode descartar que, apesar de não ser dominante na região, essa facção ainda tenta, de uma forma ou de outra, atuar no Tocantins.

Membros do Poder Executivo do Tocantins, em entrevista à nossa equipe, ressaltaram a presença, no estado, da “Rota Caipira” (Abreu, 2021), citada como um dos principais corredores usados por traficantes que trazem drogas da Bolívia e do Paraguai. Nesse sentido, a localização geográfica do Tocantins o torna um importante corredor interestadual, com diversas possibilidades de escoamento das drogas.

O município-foco para esse escoamento seria Porto Nacional, polo regional importante para acesso a algumas regiões do país. Em 2022, quase 2 t de drogas foram apreendidas em quinze dias no Tocantins, em diferentes ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Militar (PM). Os carregamentos foram apreendidos em rodovias de norte a sul do estado, e as substâncias eram escoadas para os estados do Piauí e do Maranhão (Quase..., 2022).

5 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO TERRITÓRIO

5.1 Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas

Implementado em janeiro de 2020, o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Vigia), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), integra forças de segurança (PRF, PM, Polícia Civil – PC) de diversos estados do país e visa à realização de operações integradas nas regiões de fronteira e nos corredores estratégicos interestaduais (a exemplo do Tocantins), além da aquisição de equipamentos, bases operacionais e capacitações dos profissionais de segurança pública (Fé, 2020).

Por meio da Operação Hórus, que integra o programa Vigia, o estado logrou a apreensão de 1.256,58 kg de drogas, 206 armas de fogo, 3.820 munições, 15.000 kg de agrotóxicos; recuperou 282 veículos; e deteve 889 indivíduos no período de janeiro a dezembro de 2021 (Operação..., 2022).

O sucesso dessas operações no Tocantins relaciona-se não só ao envolvimento e à parceria entre as forças de segurança estaduais e federais, mas também a uma estratégia desenvolvida pela PM, que mapeou o estado em doze regiões e tem enviado diariamente cinquenta operadores para atuar em pontos sistematicamente predefinidos. De acordo com o *site* do governo do Tocantins (Santos, 2021), a PM foi eficiente ao atuar contra o crime organizado nas divisas do estado e alcançou ótimos resultados, por exemplo, prejuízo de mais de R\$ 9 milhões às organizações criminosas.

O Programa Vigia tem sido, em certa medida, exitoso. Apenas nos primeiros dois anos de existência, já contava com a atuação de mil agentes de segurança pública nas divisas e nas fronteiras do país. Ademais, segundo dados do MJSP (Programa... 2021), teria causado prejuízo de R\$ 2,858 bilhões aos criminosos, bem como teria evitado prejuízo de aproximadamente R\$ 542,624 milhões aos cofres públicos. Ao que tudo indica, o governo federal tem investido no programa (Governo... 2021), o que impacta positivamente a segurança pública no Tocantins, permitindo melhora nos índices relacionados à criminalidade no estado, em especial aqueles ligados à apreensão de drogas, armas e produtos contrabandeados.

5.2 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social¹⁷

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Pesse), desdobramento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), é um instrumento de gestão que possibilita planejamento de estratégias de ação e políticas públicas para enfrentar a criminalidade, prevenir a violência e garantir direitos (Plano..., [s.d.]).

Como objetivos protagonistas do Pesse, ressaltam-se: reduzir os indicadores criminais; promover a cultura da paz; possibilitar gestão interagências, modernizada, de pessoas e de informações; fortalecer os programas de inteligência, uma comunicação institucional mais eficiente, o desenvolvimento tecnológico, a defesa social, a melhora nos mecanismos de controle e na prestação de contas; e aprimorar a segurança no trânsito.

O plano é genérico e traça perspectivas gerais em relação aos objetivos que os estados buscam atingir em termos de segurança pública e defesa social. Assim, o Pesse serve como base para a formulação das políticas locais, como o projeto Todos Pela Vida – Cidades Seguras.

5.3 Todos pela Vida – Cidades Seguras

O projeto Todos pela Vida – Cidades Seguras, apresentado pela Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (SSP-TO), em 2022, foca a redução dos indicadores de crimes contra o patrimônio e dos crimes violentos letais intencionais. Para isso, parte de gestão conjunta de ações com as demais forças de segurança do estado.

A iniciativa teve fruto em trabalho estatístico minucioso, realizado em todo o estado, que contou com a participação da PC, da PM, do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e de outros atores que integram a segurança pública e a gestão prisional do estado (Oliveira, 2022). A ideia é integrar os dados do SIM ao projeto. Ainda pouco se sabe sobre a efetividade e as ações do projeto devido à sua recém-formulação.

5.4 Sistema Integrado de Metas

Instituído pelo Decreto nº 6.198, de 9 de dezembro de 2020 (Tocantins, 2020), o SIM visa atuar com ações integradas no âmbito do sistema de segurança pública e defesa social tocantinense. O decreto, também, aprovou o plano estratégico de metas. Tendo por objetivo proporcionar resposta mais efetiva ao combate à criminalidade, o SIM possibilita planejamento de ação policial e melhor efetividade no serviço.

Para o secretário de estado da Segurança Pública, esse sistema permitiria a ampliação da qualidade de vida tocantinense por atuar na redução dos índices criminais, em especial os crimes violentos letais intencionais (CVLIs) e os crimes contra o patrimônio (Governador... 2020). Dados disponibilizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022b) demonstram que em 2021 as taxas

17. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/242649>.

de ocorrência dos CVLIs, por 100 mil habitantes, de fato, tiveram redução. Apesar de esse dado poder ser utilizado pelas instituições como um indicador de que o sistema já tenha dado resultados logo após sua instituição, outros fatores (como a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2021) podem ter influenciado a redução de homicídios no estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto objetivou apresentar as dinâmicas da criminalidade e da violência que motivam as taxas de homicídio no estado do Tocantins. Fruto do desmembramento do norte goiano, Tocantins apresenta especificidades marcantes na região Norte, na qual se insere. No decorrer deste trabalho, foi possível observar dois aspectos de extrema relevância no estado: os efeitos da inclusão do estado na região do Matopiba, por meio de decreto presidencial; e a importância estratégica de sua localização geográfica.

A inclusão do estado na região do Matopiba – para a qual se criou um plano de desenvolvimento agrícola, assentado no agronegócio – tem como efeitos, ainda que de forma indireta, a expansão do desmatamento em seu bioma predominante, o Cerrado; e o acirramento de conflitos fundiários em torno de áreas cobiçadas pelos grandes empreendimentos agropecuários e, muitas vezes, ocupadas por pequenos produtores e extrativistas. A desordem nos registros fundiários e as fraudes recorrentes nas emissões de licenças ambientais agravam o quadro, demonstrando a fragilidade das instituições diante dessa problemática.

Ademais, a localização geográfica do estado, na divisa com estados das regiões Norte e Nordeste e com os demais estados da região Centro-Oeste, coloca o Tocantins entre importantes rotas de escoamento ilegal de mercadorias – como a *Rota Caipira* (Abreu, 2021). Essas rotas se originam na Bolívia, no Paraguai, no Peru e na Colômbia, tornando o Tocantins um corredor interestadual de drogas, armas e contrabando em geral. Esse fato é, por si só, um detonador de violência, uma vez que o controle dessas rotas é, com frequência, objeto de disputas entre as organizações criminosas que atuam no país.

Por fim, Tocantins é um território com municípios, em sua maioria, pouco populosos, à exceção da capital, Palmas, e de alguns outros, como Araguaína e Gurupi. Talvez como decorrência dessa distribuição populacional, nota-se a tendência de as políticas de segurança estaduais buscarem atuação integrada entre os diversos municípios, bem como entre as forças de segurança, de maneira a contemplar não apenas os núcleos populacionais mais relevantes, mas também as áreas mais ermas do estado.

REFERÊNCIAS

ACAMPAMENTO do MST é alvo de disparos em Porto Nacional. **G1**, 16 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/10/16/acampamento-do-mst-e-alvo-de-disparos-em-porto-nacional.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

ANTUNES, A. Impactos e resistência ao Matopiba pautam debate no 4ª ENA. **Fiocruz**, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/impactos-e-resistencia-ao-matopiba-pautam-debate-no-4o-ena#:~:text=Grilagem%20de%20terras,%20aumento%20dos,agrot%C3%B3xicos%20foram%20alguns%20dos%20impactos>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio**: Brasil 2018/2019 a 2028/2029 – projeções de longo prazo. Brasília: Mapa, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2018-2019-2028-2029>. Acesso em: 17 nov. 2022.

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório**: violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2020. Brasília: Cimi, 2020.

COSTA, F.; ADORNO, L. Mapa das facções no Brasil: PCC e Comando Vermelho disputam hegemonia do crime em 9 estados. **UOL**, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/22/mapa-das-faccoes-no-brasil-pcc-e-comando-vermelho-disputam-hegemonia-do-crime-em-9-estados.htm>. Acesso em: 11 out. 2022.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. A natureza da pesquisa de métodos mistos. *In*: CRESWELL, J.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-32.

EURÍLIO, L. Risco e medo! MST denuncia que barracos foram queimados em acampamento no Tocantins. **Gazeta do Cerrado**, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/risco-e-medo-mst-denuncia-que-barracos-foram-queimados-em-acampamento-no-tocantins/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FÉ, D. S. Programa Nacional de Segurança nas fronteiras começa a ser implementado em Tocantins. **Agência Brasil**, Brasília, 18 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1380845>. Acesso em: 1º set. 2022.

FELLET, J. Ruptura entre PCC e Comando Vermelho pode gerar carnificina, diz pesquisadora. **BBC**, São Paulo, 18 out. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37663153>. Acesso em: 11 out. 2022.

GUIMARÃES, C. A. IBGE atualiza limites de municípios no mapa da Amazônia Legal. **Agência IBGE**, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GOVERNADOR assina decretos que criam o Sistema de Inteligência de Segurança Pública e institui o Sistema de Metas. **Governo do Tocantins**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governador-assina-decretos-que-criam-o-sistema-de-inteligencia-de-seguranca-publica-e-institui-o-sistema-de-metas/17g3zaplvq5>. Acesso em: 16 nov. 2022.

TOCANTINS. Decreto nº 6.198, de 9 de dezembro de 2020. Institui o Sistema Integrado de Metas composto por ações integradas no âmbito do sistema de segurança pública e defesa social tocantinense e aprova o Plano Estratégico de Metas. **Casa Civil**, 10 dez. 2020. Disponível em: http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/resources/pdf/decreto_6198.pdf;jsessionid=6AB1F0810574680B10024E597FD883DA. Acesso em: 14 set. 2022.

GOVERNO federal entrega R\$ 73 milhões em equipamentos de ponta para policiais que atuam nas fronteiras do país. **Gov.br**, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/11/governo-federal-entrega-r-73-milhoes-em-equipamentos-de-ponta-para-policiais-que-atuam-nas-fronteiras-do-pais>. Acesso em: 16 nov. 2022.

HOMEM é morto em assentamento e moradores dizem que local foi atacado por pistoleiros. **G1**, 6 ago. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/08/06/homem-e-morto-em-assentamento-e-moradores-dizem-que-local-foi-atacado-por-pistoleiros.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

HOMEM é assassinado a tiros em Taquarucu após receber ameaças por causa de disputa de terras. **G1**, 17 out. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/>

tocantins/noticia/2021/10/17/homem-e-assassinado-a-tiros-em-taquarucu-apos-receber-ameacas-por-cao-de-disputa-de-terras.ghhtml. Acesso em: 12 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

IBRAM – INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Bioma Cerrado**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/bioma-cerrado/#:-:text=O%20Bioma%20Cerrado%20abrange%2013,a%20Caatinga%20e%20o%20Pantanal>. Acesso em: 12 out. 2022.

MATHIAS, M.; MONTEIRO, A. Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital. **Fiocruz**, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reporgem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MADEIRO, C. Matopiba: Nova fronteira agro do país lidera em desmate e expulsa moradores. **UOL**, 13 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/08/13/avanco-agro-no-matopiba-expulsa-povos-e-responde-por-23-do-desmate-no-pais.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORTES em Palmas podem estar ligadas a guerra de facções, diz polícia. **G1**, 1º fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/02/mortes-em-palmas-podem-estar-ligadas-guerra-de-faccoes-diz-policia.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

NO TOCANTINS, áreas que deveriam ser preservadas sofrem com o desmatamento ilegal. **G1**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/17/no-tocantins-areas-que-deveriam-ser-preservadas-sofrem-com-o-desmatamento-ilegal.ghhtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

NUNES, B. Pela 4ª vez, ex-presidente e servidores do Naturatins são condenados por fraudes em licenças ambientais. **Gazeta do Cerrado**, 7 maio 2022. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/pela-4a-vez-ex-presidente-e-servidores-do-naturatins-sao-condenados-por-fraudes-em-licencas-ambientais/>. Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIR, R. de. Com foco da redução da criminalidade, Conselho de Segurança Pública apresenta projeto Todos pela vida – Cidades Seguras. **Surgiu**, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://surgiu.com.br/2022/08/24/com-foco-da-reducao-da-criminalidade-conselho-de-seguranca-publica-apresenta-projeto-todos-pela-vida-cidades-seguras/>. Acesso em: 8 set. 2022.

OPERAÇÃO Hórus apreendeu mais de 1 tonelada de drogas e 282 veículos adulterados no ano passado, aponta balanço. **G1**, 19 out. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/01/19/operacao-horus-apreendeu-mais-de-1-tonelada-de-drogas-e-282-veiculos-adulterados-no-ano-passado-aponta-balanco.ghtml>. Acesso em: 1º set. 2022.

O TOCANTINS. **Governo do Tocantins**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l#:~:text=Criado%20em%201988%20pela%20Assembleia,Oeste%20e%20do%20pr%C3%B3prio%20Norte>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PLANO Estadual de Segurança Pública. **Governo do Tocantins**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/ssp/plano-estadual-de-seguranca-publica-panse/at029zon62u>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PRAGER, A. As principais causas do desmatamento no Brasil: gado, plantações e especulação de terra. **Mongabay**, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/04/as-principais-causas-do-desmatamento-no-brasil-gado-plantacoes-e-especulacao-de-terra/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PROGRAMA Vigia completa dois anos e chega a mil agentes de segurança pública protegendo as fronteiras e divisas do país. **Gov.br**, Brasília, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/programa-vigia-completa-dois-anos-e-chega-a-mil-agentes-de-seguranca-publica-protetendo-as-fronteiras-e-divisas-do-pais>. Acesso em: 16 nov. 2022.

QUASE duas toneladas de drogas são apreendidas em 15 dias no Tocantins. **G1**, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/08/12/quase-duas-toneladas-de-drogas-sao-apreendidas-em-15-dias-no-tocantins.ghtml>. Acesso em: 13 ago. 2022.

REIS, P.; FERNANDES, A. Tocantins tem área de desmatamento ilegal equivalente a 30 mil campos de futebol. **G1**, Palmas, 7 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/05/07/tocantins-tem-area-de-desmatamento-ilegal-equivalente-a-30-mil-campos-de-futebol.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANT'ANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 381-393, set. 2010.

SANTOS, A. Polícia Militar apresenta balanço semestral da operação Hórus/Vigia e destaca evolução nos indicadores criminais. **Governo do Tocantins**, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/policia-militar-apresenta-balanco-semestral-da-operacao-horusvigia-e-destaca-evolucao-nos-indicadores-criminais/60dzz825ai6z>. Acesso em: 13 out. 2022.

VEGETAÇÃO nativa perde espaço para a agropecuária nas últimas três décadas. **MapBiomias**, [s.d.]. Disponível em: <https://mapbiomas.org/vegetacao-nativa-perde-espaco-para-a-agropecuaria-nas-ultimas-tres-decadas>. Acesso em: 12 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, T. *et al.* (Org.). **RAD 2021**: relatório anual do desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomias, 2022.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Plano estadual de segurança pública e defesa social**. Palmas: Pesse, [s.d.]. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/242649>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TERRA BRASILIS. **Prodes (Desmatamento)**. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 23 ago. 2022.

VALDIONES, A. P. *et al.* **Desmatamento ilegal na Amazônia e no Matopiba**: falta transparência e acesso à informação. Mato Grosso: ICV, mar. 2021. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2021/05/icv-relatorio-f.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Tabela sociodemográfica

Dados territoriais				
Estados limítrofes	Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Bahia e Goiás			
Fronteiras	X			
Número de municípios	139			
Área territorial	277.423,63			
Dados sociodemográficos		UFs	Região	Brasil
População	População estimada (2021)	1.607.363	18.906.962	213.317.639
	Densidade demográfica (hab./km ²)	4,98	4,12	22,43
	População de 0 a 14 anos (%) (2010)	29	31,2	24,10
	População de 15 a 29 anos (%) (2010)	29	29,5	26,9
	População de 30 a 59 anos (%) (2010)	34	32,5	38,2
	População com 60 + anos (%) (2010)	9	6,8	10,8
	População negra (%) (2010)	9	6,4	7,6
	População parda (%) (2010)	63	66,9	43,1
	População indígena (%) (2010)	1	1,9	0,4
	População branca (%) (2010)	24,9	23,4	47,7
	População urbana (%) (2010)	78,8	73,5	84,4
	População rural (%) (2010)	15,6	26,5	15,6
Renda e desigualdade	Rendimento mensal domiciliar (2022)	R\$ 1.379,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini – do rendimento domiciliar a preços médios do ano (2022)	0,51	0,53	0,54
	Pobres (%) (2003)	41,2	40,1	37,6
	Extremamente pobres (%) (2003)	7,2	12,5	8,4
	População que vive em aglomerados subnormais (%) (2010)	2,1	14,4	72,6
Trabalho	Taxa de desocupação (14+) (2021)	11	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	47	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2.479,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00

(Continua)

(Continuação)

Dados sociodemográficos		UFs	Região	Brasil
Educação	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	9	7	6,1
	Média dos anos de estudo (15+) (2019)	9	9,3	9,8
	População (14+) com 5 anos ou menos de estudo (%) (2019)	14	11,49	10,35

Fontes: Para proporção por idade, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>); para incidência da pobreza, IBGE Cidades 2003; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, acumulado de quintas visitas (Tabela 1.2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as UFs – Brasil – 2021; Tabela 2.16 – Total e proporção de pessoas, por classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas, segundo as Grandes Regiões e as UFs – Brasil – 2021); para domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%), IBGE 2019; Síntese de Indicadores Sociais 2021 (disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341?ano=2021>); para rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido por trimestres (4^o trimestre de 2022), Sidra 2022 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>); para taxa de analfabetismo (15 anos ou mais), Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>); para número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>); e para pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo, Sidra 2019 (disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: UF – Unidades da Federação.

APÊNDICE B

TABELA B.1

Homicídios, por 100 mil habitantes, nos 139 municípios do Tocantins

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Abreulândia	27,3	13,6	0,0	0,0	0,0	26,5	26,3	26,2	0,0	12,9
Aguiarnópolis	12,7	6,1	0,0	5,8	11,2	10,9	10,7	20,8	25,4	19,8
Aliança do Tocantins	5,8	11,6	11,7	23,6	17,8	36,0	24,2	24,3	0,0	18,6
Almas	12,9	21,7	35,1	48,8	44,8	45,3	32,0	37,0	37,4	52,0
Alvorada	27,3	23,4	19,6	23,5	31,4	39,3	39,4	27,6	11,9	15,9
Ananás	16,5	26,6	13,4	20,2	13,6	17,1	10,3	13,8	17,4	17,5
Angico	30,9	61,3	50,8	30,3	0,0	0,0	9,9	9,8	19,5	9,7
Aparecida do Rio Negro	23,2	7,7	7,6	0,0	0,0	7,3	21,6	35,6	35,2	20,9
Aragominas	11,1	5,6	22,4	16,9	28,3	17,0	22,8	28,7	34,6	40,5
Araguacema	10,3	5,1	10,1	15,0	9,9	19,6	29,1	28,8	28,5	18,8
Araguaçu	18,6	22,4	15,0	15,1	19,0	26,8	38,5	54,2	46,7	43,1
Araguaína	37,5	37,8	41,5	39,7	46,8	54,9	64,5	61,3	50,5	40,1
Araguanã	26,0	25,6	31,6	18,7	12,3	18,3	36,1	35,7	29,4	23,3
Araguatins	35,4	34,9	24,3	17,0	17,8	20,5	26,1	25,8	25,5	23,3
Arapoema	19,4	19,4	24,4	14,7	14,8	14,8	14,9	29,9	35,0	35,1
Arraias	12,3	18,5	15,4	12,4	6,2	15,6	25,0	25,1	28,3	22,1
Augustinópolis	22,5	14,1	9,9	11,8	21,3	26,7	24,5	26,0	27,5	29,0
Aurora do Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	9,2	18,2	18,1	9,0	8,9	8,9
Axixá do Tocantins	31,7	28,1	28,0	34,8	38,2	34,6	34,5	34,4	34,3	27,3
Babaçulândia	18,8	28,2	28,2	21,9	18,8	25,0	28,2	21,9	15,6	18,8
Bandeirantes do Tocantins	0,0	10,3	10,2	10,1	0,0	9,8	19,4	38,4	47,5	46,9
Barra do Ouro	39,6	23,5	23,3	0,0	0,0	15,1	22,4	22,2	22,0	21,8
Barrolândia	30,5	36,5	24,2	18,1	18,1	30,0	29,9	35,8	29,7	23,7
Bernardo Sayão	22,0	14,7	7,4	7,4	7,4	14,8	14,9	29,8	29,8	29,9

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Bom Jesus do Tocantins	43,3	42,0	24,5	31,7	38,6	37,5	44,0	50,1	55,8	47,7
Brasilândia do Tocantins	15,8	0,0	15,7	31,2	31,0	15,4	0,0	15,3	15,2	15,1
Brejinho de Nazaré	31,5	50,1	49,9	37,3	24,8	43,1	43,0	42,8	24,4	30,3
Buriti do Tocantins	10,0	9,9	13,0	12,8	12,6	15,5	12,2	15,1	8,9	14,7
Cachoeirinha	15,2	15,1	15,1	0,0	0,0	29,8	44,5	44,3	14,7	0,0
Campos Lindos	16,0	19,6	15,3	11,2	11,0	3,6	14,0	24,0	30,3	33,0
Cariri do Tocantins	17,4	34,2	75,7	99,5	73,5	40,2	23,8	23,5	15,4	15,2
Carmolândia	42,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	26,3	26,1	12,9
Carrasco Bonito	26,6	35,0	43,4	17,2	25,5	16,9	16,7	8,3	16,4	32,6
Caseara	14,2	20,9	20,6	6,8	0,0	6,6	12,9	12,8	18,9	24,8
Centenário	0,0	12,6	12,4	24,5	12,1	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chapada de Areia	24,4	48,7	48,5	72,6	24,1	24,0	0,0	0,0	23,8	23,7
Chapada da Natividade	29,9	79,7	79,7	59,8	20,0	30,0	40,0	30,0	20,0	20,0
Colinas do Tocantins	22,2	21,9	21,6	26,4	20,0	22,7	22,5	28,0	26,7	31,1
Combinado	7,0	7,0	13,9	7,0	6,9	6,9	20,7	34,5	27,5	13,7
Conceição do Tocantins	31,2	31,4	55,1	79,1	63,6	39,9	32,1	24,1	40,4	40,6
Couto Magalhães	13,0	12,9	12,8	12,6	18,8	12,4	6,1	12,2	12,0	17,9
Cristalândia	13,5	27,1	27,2	22,7	4,5	13,6	27,3	36,5	27,4	36,6
Crixás do Tocantins	20,9	20,7	20,5	20,3	20,2	20,0	19,8	19,7	19,5	38,7
Darcinópolis	6,2	12,2	18,0	17,8	17,5	23,0	28,4	39,3	33,2	43,7
Dianópolis	22,2	23,5	23,2	24,5	27,4	27,0	34,5	35,6	41,2	36,1
Divinópolis do Tocantins	15,4	20,4	40,5	45,2	39,9	19,8	4,9	19,6	43,8	48,3
Dois Irmãos do Tocantins	22,8	22,8	32,0	18,3	18,4	13,8	18,4	13,8	13,9	9,3
Dueré	42,6	28,4	28,4	14,2	21,3	21,3	28,4	14,2	28,5	21,3
Esperantina	27,6	13,6	16,7	9,9	26,0	25,6	25,2	21,8	21,5	24,3
Fátima	0,0	0,0	17,2	17,2	17,3	8,6	8,7	8,7	0,0	0,0

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Figueirópolis	6,1	12,3	12,3	6,2	12,4	18,7	31,3	25,1	18,9	25,3
Filadélfia	11,5	3,8	0,0	3,8	7,6	11,4	15,2	11,3	11,3	15,1
Formoso do Araguaia	21,3	30,2	30,3	33,9	23,2	25,1	43,1	48,6	59,5	48,8
Fortaleza do Tabocão	0,0	26,8	40,0	39,8	13,2	13,1	52,3	52,0	51,8	38,6
Goianorte	19,8	26,3	39,4	39,4	32,7	13,1	19,6	19,6	19,6	13,0
Goiatins	27,1	16,1	10,7	10,6	10,6	21,0	15,6	25,9	20,6	28,2
Guaraí	21,1	25,1	17,9	20,5	32,4	49,4	51,6	40,6	32,5	28,3
Gurupi	25,9	34,0	33,2	36,9	38,2	42,9	48,1	52,7	50,2	44,6
Ipueiras	19,9	38,9	19,0	55,9	54,7	53,6	35,0	17,2	33,7	16,5
Itacajá	23,0	22,9	18,3	4,6	31,8	36,3	49,7	31,6	27,0	22,4
Itaguatins	10,8	10,9	16,4	16,5	22,1	22,3	16,8	16,9	11,3	5,7
Itapiratins	18,5	18,4	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,6	35,3
Itaporã do Tocantins	26,7	26,8	0,0	27,0	27,0	27,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Jaú do Tocantins	27,9	27,7	18,3	9,1	0,0	0,0	0,0	8,8	8,7	8,7
Juarina	29,3	29,4	29,5	29,6	14,9	29,9	45,0	30,1	30,3	15,2
Lagoa da Confusão	16,0	27,9	42,0	37,9	34,0	33,1	32,3	39,4	28,1	25,0
Lagoa do Tocantins	18,5	36,2	26,6	34,7	42,5	33,3	32,7	24,1	23,6	30,9
Lajeado	47,1	34,9	23,0	11,4	22,5	44,4	54,9	54,3	21,5	42,5
Lavandeira	0,0	39,9	39,1	57,6	18,9	18,5	18,2	17,9	17,6	0,0
Lizarda	0,0	0,0	8,8	8,8	8,8	0,0	26,6	26,6	26,7	8,9
Luzinópolis	12,5	12,2	12,0	11,8	11,6	22,8	22,5	22,1	10,9	10,7
Marianópolis do Tocantins	15,0	14,7	21,7	7,1	14,0	20,6	40,5	53,2	45,8	32,2
Mateiros	0,0	28,8	28,2	27,7	0,0	26,6	26,2	38,6	12,6	24,8
Maurilândia do Tocantins	20,7	30,8	20,4	30,4	10,1	10,0	9,9	19,7	19,6	9,7
Miracema do Tocantins	28,4	24,1	24,4	21,5	21,9	17,1	20,8	24,7	26,9	32,9
Miranorte	36,2	30,9	23,1	17,8	20,3	27,8	35,2	37,6	29,9	22,3
Monte do Carmo	19,4	23,9	18,8	9,2	13,6	31,2	30,7	26,0	8,5	8,4

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Monte Santo do Tocantins	15,7	15,5	0,0	0,0	30,3	45,2	59,8	29,7	29,5	14,6
Palmeiras do Tocantins	17,1	11,2	5,5	5,4	10,7	21,1	26,1	36,0	30,4	30,0
Muricilândia	0,0	10,2	30,4	30,0	19,8	0,0	19,4	19,2	28,5	18,8
Natividade	18,1	14,5	21,7	36,2	36,2	36,2	39,7	39,7	36,1	39,7
Nazaré	14,9	15,1	7,7	0,0	15,8	32,1	32,6	24,8	16,8	17,1
Nova Olinda	27,5	27,2	33,0	44,6	50,1	49,6	52,1	51,6	48,4	28,2
Nova Rosalândia	17,3	8,6	25,4	16,7	24,8	8,2	16,2	16,0	15,8	23,5
Novo Acordo	17,4	17,1	0,0	0,0	24,6	24,2	31,9	15,8	23,3	15,4
Novo Alegre	14,3	14,3	0,0	14,3	14,3	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Novo Jardim	39,9	52,6	39,1	25,8	25,6	25,4	50,3	49,8	37,1	12,3
Oliveira de Fátima	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,6	30,4	30,3	0,0	0,0
Palmeirante	19,8	25,8	18,9	18,6	24,3	17,8	29,2	17,2	28,2	27,7
Palmeirópolis	8,9	8,9	22,1	17,7	13,2	4,4	4,4	8,8	21,8	30,5
Paraíso do Tocantins	18,4	18,8	21,4	26,0	30,5	34,9	30,4	32,7	27,0	29,3
Paranã	12,6	3,2	9,5	9,5	15,9	15,9	15,9	25,5	22,3	25,5
Pau D'Arco	28,5	49,6	49,4	35,2	14,0	14,0	13,9	20,8	34,5	48,1
Pedro Afonso	11,3	19,5	10,9	10,8	2,7	10,4	10,3	25,3	29,9	31,9
Peixe	28,3	31,0	21,5	9,1	30,0	38,5	44,0	23,2	17,2	17,0
Pequizeiro	6,5	12,8	19,1	12,7	18,9	25,0	31,0	18,5	6,1	6,1
Colméia	19,0	15,3	11,6	15,5	23,5	39,4	43,7	44,0	32,3	24,4
Pindorama do Tocantins	14,5	29,1	21,9	22,0	14,7	22,2	22,2	14,9	14,9	7,5
Piraquê	22,4	55,8	66,8	55,6	33,3	44,3	55,3	44,2	22,1	11,0
Pium	0,0	9,6	9,5	23,4	23,1	27,4	27,1	22,3	26,4	21,8
Ponte Alta do Bom Jesus	21,6	7,2	14,4	14,4	21,6	14,5	36,2	43,4	50,7	21,8
Ponte Alta do Tocantins	18,2	22,5	13,3	17,6	8,7	21,6	25,6	38,1	37,7	41,5
Porto Alegre do Tocantins	11,7	0,0	11,4	22,6	22,3	33,2	32,8	43,4	32,2	31,9
Porto Nacional	39,2	38,9	32,8	30,6	38,2	56,0	67,2	72,5	63,3	57,9

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Praia Norte	21,3	16,9	16,7	16,6	20,6	36,7	32,4	36,2	15,9	27,7
Presidente Kennedy	26,6	26,7	26,7	17,9	9,0	0,0	9,0	9,0	9,0	27,1
Pugmil	41,3	40,8	26,9	0,0	0,0	13,0	12,8	12,7	0,0	12,4
Recursolândia	8,7	25,7	25,3	41,7	32,9	32,5	24,1	23,8	15,7	15,5
Riachinho	15,6	7,7	7,6	0,0	7,5	7,4	14,7	7,3	7,2	7,2
Rio da Conceição	19,0	18,6	18,1	0,0	0,0	0,0	33,3	32,6	47,9	47,0
Rio dos Bois	0,0	0,0	12,5	12,4	12,3	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8
Rio Sono	10,4	10,4	10,4	10,4	15,6	15,5	10,3	5,2	5,2	5,2
Sampaio	33,8	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	14,9	29,4	36,0	42,5
Sandolândia	0,0	19,6	29,5	39,3	29,5	19,7	29,6	59,2	59,2	69,1
Santa Fé do Araguaia	24,7	24,4	19,3	23,8	14,1	18,6	4,6	27,3	26,9	31,1
Santa Maria do Tocantins	22,6	33,2	32,6	10,7	0,0	0,0	10,2	20,0	19,7	9,7
Santa Rita do Tocantins	0,0	0,0	0,0	29,8	44,3	43,8	14,5	0,0	0,0	14,1
Santa Rosa do Tocantins	14,3	14,2	14,2	14,1	14,1	7,0	27,9	34,8	41,6	20,7
Santa Tereza do Tocantins	25,9	12,8	12,6	24,9	49,2	48,6	60,2	47,6	70,6	46,5
Santa Terezinha do Tocantins	13,2	13,2	0,0	0,0	13,2	13,2	13,2	0,0	0,0	0,0
São Bento do Tocantins	35,4	27,9	13,8	6,8	6,7	13,2	13,0	19,3	25,4	43,8
São Félix do Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0
São Miguel do Tocantins	12,4	12,3	15,1	20,8	35,2	40,5	40,0	36,7	33,4	22,0
São Salvador do Tocantins	0,0	11,2	11,1	22,2	33,1	54,9	54,7	43,6	21,7	32,5
São Sebastião do Tocantins	15,2	22,6	14,9	7,4	0,0	21,7	35,7	49,6	28,0	13,9
São Valério	7,5	7,6	15,3	15,5	39,3	31,9	40,4	16,4	16,6	25,3
Silvanópolis	6,4	12,8	31,9	38,1	31,6	18,9	12,5	24,9	43,4	55,5
Sítio Novo do Tocantins	10,7	14,4	21,6	32,5	29,0	32,8	32,9	36,7	44,1	33,2
Sucupira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,5	17,3	17,1	0,0
Taguatinga	26,0	36,5	31,9	25,3	12,5	8,3	12,3	14,2	16,1	22,0

(Continua)

(Continuação)

Municípios	Taxa média por triênio									
	2009-2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Taipas do Tocantins	0,0	0,0	16,5	32,7	32,4	32,1	15,9	15,8	0,0	0,0
Talismã	0,0	0,0	12,6	12,5	24,7	24,6	24,4	12,1	0,0	11,9
Palmas	19,6	21,6	23,2	25,3	31,2	34,8	35,2	35,2	34,2	34,4
Tocantínia	14,5	4,8	4,7	14,1	13,9	18,4	9,1	27,0	31,2	35,3
Tocantinópolis	23,1	27,5	20,3	14,5	18,8	27,6	32,0	27,6	29,1	30,6
Tupirama	41,5	40,6	59,8	19,6	19,2	0,0	18,5	36,5	35,8	17,6
Tupiratins	31,1	30,3	29,5	28,7	42,0	54,6	40,0	26,1	0,0	12,5
Wanderlândia	44,6	35,5	35,3	29,3	26,3	43,6	49,2	57,6	40,1	28,5
Xambioá	14,2	14,2	17,1	20,0	22,9	37,3	43,1	57,6	49,0	52,0

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

Obs.: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

APÊNDICE C

TABELA C.1

Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, região Norte e UFs

Brasil, região Norte e UFs	Taxa média por triênio									
	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fonte: SIM/Datasus/MS.

Elaboração: Diest/Ipea.

Obs.: 1. UFs – Unidades da Federação.

2. Taxa média de homicídios, por 100 mil habitantes, calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais a média dos dois anos anteriores. Então, o valor é dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil.

APÊNDICE D

TABELA D.1
Confrontos policiais – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 1 mil policiais na ativa ¹	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: FBSP (2022b).

Nota: ¹ Policiais mortos em confronto em serviço e fora de serviço.

Obs.: UFs – Unidades da Federação.

TABELA D.2
Mortes decorrentes de intervenções policiais, taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	2020	2021
Brasil	3,0	2,9
Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

APÊNDICE E

TABELA E.1

Violência contra mulher e de gênero – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8
Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: FBSP (2022b).

Obs.: UFs – Unidades da Federação.

TABELA E.2

Homicídios femininos/taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: FBSP (2022b).

TABELA E.3

Estupro e estupro de vulnerável/taxa por 100 mil habitantes – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: FBSP (2022b).

Obs.: Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumado.

A Lei Federal nº 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e os “atentados violentos ao pudor” (FBSP, 2022b).

TABELA E.4

Lesão corporal dolosa: violência doméstica/taxa por 100 mil mulheres – Brasil e UFs (2020 e 2021)

Brasil e UFs	Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0
Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fontes: FBSP (2022b).

APÊNDICE F

TABELA F.1

Perfil das instituições de segurança pública: efetivo – Tocantins (2020)

Instituição	Capital e região metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	1.621	1.418	3.039
Polícia Civil	723	510	1.233
Corpo de Bombeiros Militar	300	219	519
Órgãos oficiais de perícia	219	193	412

Fontes: Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP (Senasp/MJSP) 2020. Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDc0ZWVjYUg0YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TABELA F.2

Perfil das instituições de segurança pública: estrutura – Tocantins (2020)

Instituição	Unidades operacionais		Total
	Capital e região metropolitana	Interior	
Polícia Militar ¹	11	10	21
Polícia Civil ²	47	197	244
Corpo de Bombeiros Militar ³	3	7	10
Órgãos oficiais de perícia ⁴	3	29	32

Fontes: Senasp/MJSP (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDc0ZWVjYUg0YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImVlMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Notas: ¹ As 21 unidades operacionais da PM no Tocantins estão distribuídas em: 10 batalhões, 3 batalhões especializados, 6 companhias independentes e 2 companhias independentes especializadas.

² As 244 unidades operacionais da PC no Tocantins estão distribuídas em: 169 delegacias (28 na capital e 141 no interior), 65 delegacias especializadas (19 na capital e 46 no interior) e 10 postos/núcleos (todos no interior).

³ As 10 unidades operacionais do CBM no Tocantins estão distribuídas em: 3 batalhões (2 no interior e 1 na capital), nenhum batalhão especializado, 1 companhia independente (na capital) e 6 companhias independentes especializadas (5 no interior e 1 na capital).

⁴ As 32 unidades operacionais dos órgãos oficiais de perícia no Tocantins estão distribuídas em: 12 criminalísticos (11 no interior e 1 na capital), 11 de identificação e (10 no interior e 1 na capital) e 9 de medicina legal (8 no interior e 1 na capital).

TABELA F.3

Efetivo da ativa das polícias do Tocantins, por corporação (2021 e 2022)

Corporações	Números absolutos (2021)	Números absolutos (2022)
Polícia Militar	2.926	2.764
Polícia Civil	1.213	1.180
Corpo de Bombeiros Militar	503 ¹	607 ²
Perícia técnica	326	323
Polícia penal	917	909

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

Notas: ¹ Posição dos dados em março de 2021.

² Posição dos dados em março de 2022.

TABELA F.4

Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional (2019-2021)

Corporações	2019	2020	2021
Corpo de Bombeiros Militar	9	4	3
Polícia Civil	32	17	9
Polícia Militar	88	52	34

Fontes: FBSP (2022a; 2022b).

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 28 jul. 2022.